

Relatores adjuntos são criticados por todos os partidos e correntes

BRASÍLIA — Reunido há cerca de dez dias sem ter ainda conseguido concluir um esboço de anteprojeto de Constituição, o grupo de relatores adjuntos informais convocados pelo Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral, gerou até agora uma única unanimidade: a insatisfação de todas as correntes ideológicas abrangidas na Constituinte.

Da direita à esquerda, são comuns as críticas ao grupo, cujo clima de trabalho foi comparado pelos participantes de uma reunião de cúpula do PFL ao de uma redação de jornal em hora de fechamento de edição: muito corre-corre em função dos fatos novos que chegam a todo momento, telefones tocando e um constante entra-e-sai. Os pefelistas fizeram, porém, uma ressalva: os jornais, efetivamente, sempre ficam sempre prontos para o dia seguinte.

O grupo de relatores é formado pelos Senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), Virgílio Távora (PDS-CE), Wilson Martins (PMDB-MS) e José Ignácio Ferreira (PMDB-ES), e pelos Deputados Nelson Jobim (PMDB-RS) e Adolfo de Oliveira (PL-RJ) — uma aparente composição de tendências ideológicas. Com eles, trabalham e discutem o Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e o Relator, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Uma fórmula que poderia ter sucesso, mas que começa a ser criticada a partir do local escolhido para as reuniões do grupo, que examina várias propostas na tentativa de chegar a um projeto de consenso.

O funcionamento da Sistematização no Banco do Brasil tem duas conseqüências: o lobby entra direto em contato com os relatores, sem a nossa vigilância, e os constituintes ficam marginalizados do processo e do debate, monopolizado por uns poucos. No Congresso entram todos



Maciel reúne-se com Ulysses e Cabral (à direita) e diz que Relator não dá detalhes

os lobbies, inclusive os do povo, que não pode subir ao 24º andar do Banco do Brasil — reagiu o Líder do PCB, Deputado Roberto Freire.

Considerado um dos líderes dos "conservadores" na Constituinte, o Deputado Amaral Netto (PDS-RJ) também está contrariado:

— Esta Sistematização não vai acabar seu trabalho dentro dos prazos de jeito nenhum. A Constituinte foi mal convocada e está sendo mal conduzida — declarou.

Embora Virgílio Távora seja um dos relatores adjuntos, para Amaral isso não significa que o partido esteja representado no grupo, pois aquele parlamentar lá estaria "espontaneamente, sem delegação partidária".

O Deputado Hermes Zannetti (PMDB-RS) acusou: — Criaram a "comissão de notáveis", que foi tão combatida —, lembrando a abandonada idéia de entregar a feitura da nova Carta a um grupo de constituintes.

O grupo "Centro Democrático", que já se opôs às reuniões na casa de Ulysses Guimarães, também condena a transferência da Sistematização: "Temos agora a Constituinte do Banco do Brasil funcionando paralela", disse Del Bosco Amaral (PMDB-SP). O Deputado José Genoio (PT-

SP), apontado como "xiíta", também já revelou preocupação com a falta de entendimento entre os partidos sobre o texto em elaboração.

Bernardo Cabral não é poupado. O Líder do PFL, Senador Carlos Chiarelli, definiu o sentimento de seu partido em relação ao anteprojeto: como uma "tensa expectativa".

— Nós esperávamos que o Relator apresentasse um esboço do projeto na última segunda-feira às lideranças da Aliança Democrática. Como isso não aconteceu, e os partidos não poderão debater o texto internamente com a antecedência necessária, o PFL prefere ficar aguardando e firmará suas posições no momento de apresentar emendas, embora continue disposto ao diálogo — disse Chiarelli.

Ontem à noite, o Presidente do PFL, Senador Marco Maciel, e o Presidente do PMDB e da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, se reuniram para falar sobre o anteprojeto com uma preocupação comum: a falta de entendimento. Na última terça-feira, Maciel encontrou-se com Cabral mas admitiu para companheiros de partido sua insatisfação com o encontro, pois o Relator, na falta de um texto consolidado, dispôs-se apenas a falar sobre o projeto em linhas gerais.

'Pequenos' dão apoio à proposta parlamentarista

BRASÍLIA — Representantes do PDS, PTB, PSB, PCB e PC do B manifestaram-se ontem favoráveis à proposta parlamentarista que será apresentada pelo Relator Bernardo Cabral em seu substitutivo ao anteprojeto de Constituição. Segundo eles, com a mudança do sistema de Governo será possível consolidar a democracia brasileira.

O Líder do PSB, Senador Jamil Haddad, disse que seu partido já se definiu e a proposta do Presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, que será aproveitada por Bernardo Cabral, é a que melhor traduz os anseios de quem defende este sistema, por ser a que mais se aproxima do parlamentarismo puro.

O Deputado Adylson Motta (PDS-RS) ressaltou que seu partido está dividido quanto a esta questão, por ter decidido que não seria adotada uma posição em conjunto e cada um de seus membros teria liberdade para votar da maneira que melhor lhe conviesse. Adylson se manifestou favorável à proposta do Senador Arinos pelo mesmo motivo invocado por Haddad: "Por se aproximar do parlamentarismo puro". Segundo ele, desta forma o Parlamento passa a ter responsabilidades pelo Governo e, quando este for ruim, será mudado.

O Líder do PCB, Deputado Roberto Freire (PE), acredita na aprovação em plenário da proposta. Para ele, a palavra-de-ordem que deve ser adotada de agora em diante é "parlamentarismo já". Ele também considera esta a única forma de consolidar a democracia. A Deputada Lidice da Matta (PC do B-BA) lembrou que foi eleita defendendo o parlamentarismo e afirmou que a decisão será consolidada em plenário, não adiantando muito as discussões paralelas que vêm sendo travadas "sob o pretexto de se conseguir uma Constituição de consenso".

Para o Deputado Solon Borges dos Reis (PTB-SP), com a adoção do parlamentarismo o atual Presidente poderia ficar no cargo até seis anos. Freire acha o mesmo: aprovado o parlamentarismo, a figura do Presidente da República não teria tanta importância, já que ele não mais seria o Chefe do Governo, mas apenas um representante do Estado.

Cabral negociará com Líderes sem ter um esboço

BRASÍLIA — Às 16 horas de hoje, o Relator Bernardo Cabral vai se reunir com os Líderes de todos os partidos na Constituinte sem ter pronto um esboço do projeto de Constituição. Até o início da noite de ontem, ele e os relatores adjuntos não tinham conseguido fechar acordos em torno de pelo menos quatro pontos: reforma agrária, comunicação, direitos dos trabalhadores e anistia (disposições transitórias). Cabral vai discutir com as lideranças os pontos polêmicos.

Participantes das reuniões dos relatores adjuntos acreditam que o substitutivo será conhecido apenas no domingo, quando termina o prazo para a sua entrega. Segundo o Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), um dos adjuntos, todas as decisões tomadas até agora pelo Relator não são definitivas. "A decisão final só sairá no dia 23", afirmou Jobim, acrescentando que tudo vai depender da ne-

gociação com as lideranças.

A discussão da reforma agrária continuava em torno da imissão imediata na posse. Segundo Nelson Jobim, havia a possibilidade de ser estabelecido um prazo, a partir do decreto de desapropriação, para a Justiça decidir sobre a imissão na posse. "É uma questão técnica", afirmou, lembrando que o comunicado da desapropriação tem que ser feito pela Justiça.

A partir da imissão na posse, os relatores da Sistematização estavam tentando chegar a um entendimento sobre outro prazo, para a Justiça examinar se a desapropriação atendeu aos requisitos necessários para tal. Se fosse apontado algum engano, o pagamento seria feito em dinheiro, e não em títulos da dívida agrária.

Jobim disse que esse procedimento permitirá imissão definitiva, e não precária, como ocorre atualmente. O projeto deverá estabelecer limites mínimos para desapropriação. O as-

sunto deveria ser resolvido ontem.

Na questão da comunicação, faltava o Relator tomar posição sobre o que foi resolvido. Ficou acertado que o Executivo teria o poder de abrir o edital, chamar os concorrentes, formar o processo e tomar a decisão preliminar sobre a concessão. A entraria o Congresso, que poderia examinar a concessão, com o auxílio do Conselho Nacional de Comunicação, formado por membros do Executivo e do Legislativo. A cassação de uma concessão ficaria a cargo do Judiciário.

O capítulo do Poder Judiciário estava quase fechado no início da noite. O mesmo não ocorria com os direitos dos trabalhadores, onde a estabilidade continuava um ponto pendente. Quanto aos servidores públicos, ficou assegurado o direito de sindicalização e greve, como aos demais trabalhadores, mas caberá à lei regulamentar a questão.

Governador não indicou Wilson para a Sudene

O Governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, afirmou ontem, no Rio, que não teve nenhuma participação na indicação do Vice-Governador de Pernambuco, Carlos Wilson, para a Superintendência da Sudene. Ele disse ainda que a sua decisão de não intervir foi comunicada ao Deputado Ulysses Guimarães quando este lhe informou que caberia aos Governadores do Nordeste a indicação.

Segundo Collor, também não existe nenhuma verdade nas notícias sobre a sua candidatura à Vice-Presidência da República.

— Acredito que esses comentários surgiram em função do trabalho que estamos desenvolvendo. Acho, entretanto, que Alagoas não tem condições de apresentar nomes para a Presidência ou Vice-Presidência, não pela falta de qualidade de seus quadros, mas pela falta de apoio político daqueles que comandam o País.

Com relação à greve geral, o Governador disse que o seu fracasso é extremamente desgastante para o movimento sindical. E completou:

— Uma cartada alta como esta só pode ser jogada quando se tem certeza da vitória.

Esquerda exigirá votação aberta de temas polêmicos

BRASÍLIA — Exigir votação nominal de todas as questões polêmicas no plenário da Constituinte, forçando cada parlamentar a tornar pública sua posição, será a principal arma da esquerda para tentar aprovar algumas de suas teses. Este é o principal ponto da estratégia das Lideranças do PT, PDT, PC do B e MUP ("Movimento Unidade Progressista", do PMDB).

O assunto foi discutido quarta-feira à noite, em reunião na residência do Líder do PDT, Brandão Monteiro, à qual compareceram os Deputados Plínio de Arruda Sampaio e José Genoio, do PT, Haroldo Lima e Aldo Arantes, do PC do B, e Haroldo Sabóia, do MUP. O encontro começou com uma conclusão unânime: nenhuma das propostas da esquerda está sendo aproveitada e vários dispositivos aprovados nas comissões temáticas foram retirados.

Egídio rejeita o parlamentarismo adiado para 90

BRASÍLIA — O Relator da Comissão de Organização dos Poderes da Constituinte, Deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), disse ontem que o Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), cometerá um "erro grave" se incluir no anteprojeto da nova Carta dispositivo estabelecendo que o regime parlamentarista só entrará em vigor com a posse do sucessor do Presidente José Sarney.

— O parlamentarismo deve ser implantado no Governo Sarney, que é de transição — disse Egídio. — Acabada a transição, é preciso que o parlamentarismo já esteja implantado. Esta proposta criaria um impacto sobre a população, deixando-a confusa e perplexa.

Egídio é apoiado pelos Líderes do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas (SP), e na Câmara, Luiz Henrique (SC), que não concordam com a proposta de Cabral. Mas Luiz Henrique acredita que a proposta de novo regime terá que ser negociada, inclusive com o Palácio do Planalto.

— O parlamentarismo não pode ser construído contra o Presidente, mas com o Presidente — afirmou Luiz Henrique.

Mário Covas também admite a necessidade de negociação, mas acha que "o regime de governo, uma questão fundamental da nova Constituição, não pode sair de uma negociação envolvendo mandato". Para Covas, se isto acontecer, corre-se o risco de que o novo regime não seja duradouro. Covas, defensor do mandato de quatro anos para o Presidente Sarney, ressaltou, porém, que haveria lógica na idéia de Cabral se a Constituição estabelecer eleições diretas em 1988, iniciando-se o parlamentarismo com a posse do novo Presidente em 1989.